**ENSINO DE HISTÓRIA: CIDADANIA E MUNDO DO TRABALHO.**

Anna Rafaella de Paiva Dantas.

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFRN); [anarpaiva1@hotmail.com](mailto:anarpaiva1@hotmail.com)

Cléia Maria Alves.

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFRN); [cleiamary2009@hotmail.com](mailto:cleiamary2009@hotmail.com)

Francisco das Chagas Silva Souza.

Doutor em Educação pela UFRN. Professor do IFRN, Campus Mossoró. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UFERSA/UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (ProfEPT/IFRN); [chagas.souza@ifrn.edu.br](mailto:chagas.souza@ifrn.edu.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma breve reflexão sobre o ensino de História na contemporaneidade e o seu papel formativo do pleno desenvolvimento da cidadania no atual contexto do sistema capitalista neoliberal. O termo cidadania sofreu mudanças semânticas ao longo do tempo. No cenário atual, a ideia de cidadania a partir do ideário neoliberal, está relacionada a uma cidadania política, em que o conceito de cidadão é limitado ao exercício político, que se constitui em direitos e deveres. No âmbito educacional, as atuais propostas curriculares preocupam se em identificar e preparar o aluno cidadão para atender as exigências do mercado, elucidando a ideia do cidadão produtivo, capaz de se moldar as circunstancias estabelecida pelo o sistema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, tomando por base autores como Frigotto e Ciavatta (2003), Bittencourt (2013), Silva e Guimarães (2012), Oliveira (2009), Freire (2002), dentre outros. A partir dessas leituras, podemos inferir que é necessário propor alternativas pedagógicas que possam assegurar ao educando uma formação crítica, reflexiva e dialógica sobre as temáticas cotidianas, contribuindo para uma cidadania emancipatória e assim possa contribuir para uma sociedade igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE**: Ensino de História. Cidadania. Sociedade capitalista. Mundo do trabalho.

**Introdução**

As propostas curriculares atuais, pautadas no ideário neoliberal, estão preocupadas em identificar e preparar os jovens para os ditames do sistema capitalista globalizado, projetando uma cidadania articulada aos seus interesses, conferindo aos jovens apenas o papel de trabalhador, produtor e consumidor. Assim, são muitos os desafios que os jovens das classes populares enfrentam diante de um modelo educacional segregacionista, excludente, que visa somente preparar para as atividades periféricas do mundo do trabalho.

Diante desse cenário, neste artigo, objetivamos realizar uma revisão bibliográfica sobre o ensino de História na educação básica e o seu papel formativo na construção de um cidadão crítico e politizado que possa inserir-se no mundo do trabalho. Nosso foco é discutir como o ensino de História pode contribuir para a formação desses jovens cidadãos críticos, emancipados, reflexivos e que assumem o compromisso de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Discutiremos, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre os desafios e possibilidades que envolvem o ensino de História no que diz respeito ao seu papel formativo do jovem cidadão emancipado, para que este possa atuar de maneira autônoma e crítica diante das mudanças sócio-políticas na sociedade contemporânea.

1. **Ensino de História: Desafios e perspectivas na construção da cidadania**

Muitos têm associado à História, a prática da cidadania, como uma disciplina compromissada com a valorização e a contribuição na formação de um determinado tipo de cidadão crítico, capaz de transformar a realidade na qual está inserido.

Conforme, Nadai (1993), o conceito de cidadania tem sido utilizado como uma das contribuições do ensino de História, desde a existência da disciplina como obrigatória na trajetória da educação brasileira, sobretudo no seu papel formador de identidades nacionais.

Atualmente, o termo cidadania vem sendo bastante disseminado nos discursos acadêmicos, políticos e também nas questões educacionais. No âmbito educacional, percebe-se que há uma preocupação em articular a cidadania e educação. No entanto, tal disposição muitas vezes está pautada numa concepção implícita na ideia de que ser cidadão, constitui-se apenas em direitos e deveres e atrelada aos interesses políticos e econômicos.

Sobre a ideia cidadania no Brasil, Frigotto e Ciavatta (2003), esclarecem que, embora formalmente todos sejam considerados cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais, o que significa o acesso diferenciado aos bens necessários à sobrevivência.

Diante deste cenário, percebe-se que garantir a efetiva cidadania no ambiente escolar ainda é um desafio, pois as finalidades das disciplinas escolares no currículo estão, na maioria das vezes, articuladas ao projeto hegemônico do capital. Neste sentido, cabe, portanto, uma reflexão sobre o sentido explícito da cidadania nas atuais propostas curriculares e qual cidadão pretende-se formar, implicando numa revisão aprofundada desse conceito.

Sobre o conceito de cidadania nas atuais propostas curriculares, Bittencourt (2013, p. 22), afirma que:

A ideia de cidadania social que abarca os conceitos de igualdades, de justiça, de diferenças, de lutas e de conquistas, de compromissos e de rupturas tem sido apenas esboçada em poucas propostas. E mais ainda, existe uma dificuldade em explicitar a relação entre a cidadania social e a política, e entre a cidadania e trabalho.

É importante ressaltar que uma das principais finalidades da Educação Básica no Ensino Médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), no seu artigo 22º, é o de desenvolver e assegurar o educando a formação comum para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

Conforme Bittencourt (2013), conceito de cidadão que aparece nos textos é limitada à cidadania política, ou seja, à formação do eleitor dentro das concepções democráticas do modelo liberal. Contudo, a História deve contribuir para formação da cidadania, porém de forma que não seja constituída apenas por meio de direitos concedidos pelo poder, mas conquistada em processos de lutas constantes e em suas diversas dimensões.

Nesta perspectiva, Geisler (2006, p. 356), enfatiza que;

Conceituar cidadania hoje implica, portanto, reconhecer que o próprio conceito está em disputa, dadas as contradições do capitalismo em dar continuidade ao processo civilizatório de universalização dos direitos do homem. Essa contradição se expressa, por exemplo, nas atuais mudanças no mundo do trabalho, onde o mercado, cada vez mais incapaz de absorver o chamado exército industrial de reserva, reforça o desemprego estrutural.

Dessa forma, o ensino de História e o seu papel formativo de cidadãos críticos, emancipados e agentes de transformação da realidade, perpassa por vários desafios na atualidade, conferindo uma outra dimensão aos objetivos da História, pois “a escola brasileira, fabricada dentro de relações capitalistas, reflete e reproduz, simultaneamente, o percurso estrutural de desigualdade social que vem negando cidadania efetiva a um amplo contingente de jovens no país” (GEISLER, 2006, p. 256).

Neste contexto, a educação brasileira, reforça o modelo de educação dual, excludente ancorado em projeto societário hegemônico ligados às funções políticas e econômicas das ideologias dominantes e ao sistema capitalista globalizado. O dualismo na educação brasileira, expressa-se na diferenciação entre o ensino de maneira que, enquanto os filhos da elite recebem uma formação de caráter propedêutico, aos filhos das classes populares é destinada uma formação de caráter instrumental. (MOURA, 2013).

Assim, a dualidade histórica predominante na educação brasileira, decorre de um projeto excludente e segregacionista que retira dos jovens, filhos das classes trabalhadoras, uma formação integral, crítica e emancipatória e o acesso aos conteúdos fundamentais para o exercício da cidadania.

Segundo Oliveira (2009), essa dualidade assenta-se no modelo educacional estruturado de um academicismo elitista e por outro lado, da instauração de práticas de formação profissional pautadas pelo esvaziamento de conteúdos indispensáveis à formação integral e humanista, objetivando uma formação de caráter instrumental destinada às classes trabalhadoras para atuar no mercado de trabalho.

As políticas educacionais ligadas às teses neoliberais subordinam o trabalhador à lógica do capital, estabelecem uma relação entre educação e mercado de trabalho, proporcionando aos setores populares apenas uma formação profissionalizante para atender as demandas do modo de produção capitalista. Neste contexto, “o ideário pedagógico vai afirmar as noções de polivalência, qualidade total, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo, um trabalhador que maximize a produtividade, sendo um cidadão mínimo” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 522).

Conforme Frigotto e Ciavatta (2003), a cidadania projetada a partir do ideário capitalista, está articulada às exigências do mercado, ou seja, na formação do cidadão produtivo capaz de gerar mais valia subordinado às exigências do capital. Neste caso, a educação do cidadão produtivo, onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado.

Partindo dessas análises, é necessário refletir sobre o exercício da efetiva cidadania a partir de um projeto societário emancipador que contribua para a construção de cidadãos críticos reflexivos comprometidos para a construção de uma sociedade igualitária. E assim, reconhecer a História como um campo promissor de uma prática reflexiva, proporcionando aos alunos à crítica e ao diálogo. É necessário que promovam mudanças não apenas nas práticas profissionais, mas nas estruturas sociais. Educar o cidadão e o ser humano emancipado significa contribuir para dar contorno às existências individuais desses atores e para uma nova forma de compreender a sociedade. (GEISLER, 2006).

Além disso, é necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estejam focadas numa ideia de cidadania ampla e libertadora que possibilitem aos alunos fazer uso delas mediante as necessidades da sua realidade. Bittencourt (2013), cita o pensamento do historiador André Segal, o qual afirma que a História tem o papel de contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano complexo, tendo inúmeros problemas como a violência, desemprego, greves, falta de perspectivas com relação a oportunidades de crescimento profissional, e por isso, necessita de refletir sobre todos esses acontecimentos que estão a sua volta.

Paulo Freire (2002), na obra Pedagogia do Oprimido, evidencia a relevância de se dialogar sobre a realidade vivenciada, expressando que “[...] se os homens são produtores desta realidade e se esta, na inversão de práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora, é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2002, p. 16). O autor faz referência, à ação emancipatória que os educandos precisam deter para que sua vivência não seja tão somente de dominação e exclusão.

Com esse propósito, o autor reflete sobre necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória do oprimido, em oposição à pedagogia da classe dominante, para que essa contribua para a sua libertação e sua transformação enquanto sujeito histórico. Entretanto, a obtenção de uma postura crítica e libertadora por parte do aluno não se constitui numa tarefa fácil, na maioria dos casos o educando, encontra-se adaptado a sua realidade de opressão, segundo Paulo Freire:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem de estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr riscos de assumi-la. E terem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus proprietários, mas aos companheiros, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 2002, p. 19).

Diante dessa conjuntura, o professor de História precisa ser um educador crítico que reconheça as diversas situações contraditórias gerenciadas pela sociedade capitalista. Deve problematizar, juntamente com o aluno, sobre essas mesmas contradições que se encontram materializadas na vida cotidiana, procurar conscientizar e capacitar os educandos para a transição da consciência ingênua à consciência crítica com base nas fundamentações lógicas do oprimido, promovendo assim, diálogos acerca das visões de mundo por parte de cada segmento social e suas formas de atuação.

Para que a ação do professor-historiador em sala de aula não se resuma na transmissão de conceitos genéricos e descontextualizados da realidade dos alunos, é necessário que este cultive práticas dialógicas e integradoras com o propósito de estimular no educando um pensamento crítico para que ele possa perceber-se enquanto sujeito histórico. Nesse sentido, uma atitude pedagógica consciente vincula o conhecimento científico e cultural às questões sociais, pois, dessa maneira, o aluno articula e usa o saber para superar as adversidades do meio em que vive. Guimarães e Silva (2012, p. 48), enaltecem a importância da escola enquanto espaço educativo no qual os professores poderiam “desconstruir discursos antidemocráticos, monoculturais, difusores de estereótipos e preconceitos de classe, raça, religião”.

Freire (1996), explica que as práticas de ensino-aprendizagem devem ser prioritariamente de forma conscientizadora para que não se tornem ações relacionadas à memorização e à reprodução mecânica de conteúdo, algo que é próprio da educação bancária, na qual a ação do professor é centrada na acumulação de conteúdos por parte do educando, o que acaba ocasionando uma prática não reflexiva.

De acordo com o autor faz-se necessária uma educação integral, que seja capaz de estimular no aluno a ação e a (re)significação de conceitos que ocorrem no campo cognitivo, e principalmente na prática social e política, caracterizando-se como um ato educativo politizado e consciente da necessidade de transformação social.

Essa formação integral é evidenciada por Ciavatta (2012), onde a autora explicita que:

[…] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2012, p. 84).

Nesse sentido, a formação integral busca atingir três dimensões que são fundamentais nos processos educativos: o trabalho, a ciência e a cultura. A primeira dimensão, o trabalho, é compreendido como algo próprio da vida do ser humano que desde o início da humanidade utilizou a racionalidade para transformar a natureza de acordo com as suas necessidades, portanto, possui nesse sentido um valor de uso. A ciência é caracterizada como a produção dos conhecimentos desenvolvidos pela humanidade ao longo da história. Por último, a cultura é compreendida como a valorização da diversidade bem como os princípios étnicos que envolvem as normas da sociedade.

A autora reitera que há um sentido de luta e mobilização presente no conceito de formação integrada, pois “busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores” (CIAVATTA, 2014, p. 212).

O desenvolvimento dessas discussões possibilita uma análise de como o ensino de História vem sendo inserido no contexto da contemporaneidade. Refletimos acerca das perspectivas de se trabalhar a história como formação educacional integral e emancipatória, bem como as dificuldades encontradas para o desenvolvimento dessa prática, além disso, permitiu analisar a conjuntura das políticas neoliberais e sua inserção nos projetos educacionais.

De acordo com a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos educacionais que tenham como foco a formação omnilateral do indivíduo para que este possa ter acesso não somente ao conhecimento das diversas técnicas, mas também a uma formação que esteja atrelada à compreensão dos desafios sociais que o cerca, possibilitando um ensino de maior qualidade para que o educando se torne um ser humano político e socialmente emancipado.

De modo geral, cabe à História, bem como as outras ciências sociais, assumir seu lugar e seu papel formativo nos processos de ensino e aprendizagem, para que as futuras gerações possam vivenciar os princípios da educação emancipatória e democrática em nosso país, com mais igualdade, solidariedade e respeito ao multiculturalismo, para que, assim, o exercício pleno da cidadania seja efetivado.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, discutimos sobre os desafios do ensino de História no que diz respeito ao seu papel formativo na construção de uma cidadania crítica, reflexiva e emancipatória na sociedade capitalista. De maneira geral, a explicitação do conceito de cidadania projetada a partir do ideário capitalista neoliberal está associada à constituição de direitos e deveres e preparar o jovem para atender às exigências do capitalismo, sinalizando para uma formação unilateral, visando à preparação dos jovens para atuar somente no mercado de trabalho.

Desta forma, cabe enfatizar que o ensino de História vem buscando cumprir com uma das suas principais finalidades, que é de contribuir para o exercício e formação de uma cidadania emancipatória, na constituição do pensamento crítico, possibilitando reflexões mais profundas acerca da realidade social vivenciada.

Contudo, é necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tenham como foco, a formação omnilateral dos sujeitos, partir de atitudes críticas e reflexivas e que estes possam atuar na sociedade na qual estão inseridos e assim contribuir para uma sociedade justa e igualitária.

**REFERÊNCIAS:**

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: \_\_\_\_\_\_. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** 12 ed. São Paulo. Contexto, 2013. p. 11-27.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação.** Belo Horizonte, v.23, n.1, p.187-205, jan/abr.2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa**.** Paz e Terra, Rio de Janeiro. 13. ed .1996.

\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34. ed. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria.Educar o trabalhador cidadão produtivo ou ser humano emancipado? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. v. 1, n.1, p. 45-60, 2003.

GEISLER, Adriana. Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educaçãopolitécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 355-378, 2006.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempoentendido. Campinas: Papirus. 4.ed. 2012.

MOURA, Dante. Mudanças na sociedade brasileira dos anos 2000 limitadas pela hegemonia do neoliberalismo: Implicações para o trabalho e para a educação. In: \_\_\_\_\_\_ (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas**,** SP: Mercado de Letras, 2013. cap.4. p. 109-138.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

OLIVEIRA, Ramon. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista**.** **Cadernos de** **Educação**. Pelotas. p. 141-160. Jan / abr. 2009.